

RELATÓRIO DE APROVEITAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES APRESENTADAS NO ÂMBITO DA CONSULTA E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA TÚNEL SANTOS- GUARUJÁ

O presente relatório em números gerais, a quantidade de questionamentos, comentários e solicitações, tratadas como “contribuições”, formuladas no âmbito da Consulta Pública nº 02/2024 e as mudanças realizadas para a consideração das contribuições na modelagem do Projeto de Concessão Patrocinada dos serviços públicos de construção, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema de Interligação denominado Túnel Imerso Santos-Guarujá.

De forma inovadora, a estruturação do Projeto do Túnel Imerso Santos-Guarujá está sendo realizada pelo Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), e pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), em conjunto com o Governo Federal, representado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), além de contar também com o apoio da Autoridade Portuária de Santos (APS), por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) celebrado pelas partes em 16/02/2024.

O Sistema de Interligação é composto pelo Túnel Imerso Santos-Guarujá, pelos acessos urbanos e pelos prédios de acesso, e tem como objetivo construir uma ligação seca entre os municípios de Santos e Guarujá. Os acessos urbanos consistirão, entre outros, nas faixas de rolamento, acostamentos, refúgios, ciclovias, passeios, passarelas, equipamentos de sinalização e dispositivos de segurança, ao passo que os prédios de acesso serão compostos pelas edificações dedicadas a oferecer o acesso seguro de ciclistas e pedestres ao túnel, de modo que possam utilizar, de maneira integrada, a conexão entre as cidades de Santos e do Guarujá.

Destaca-se que o Projeto de Concessão do Túnel Imerso Santos-Guarujá teve seu início formalizado em 11 de março de 2023, com publicação da ata da 37ª Reunião Conjunta

Ordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2023, que qualificou o Projeto no Programa de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP).

Desde então, foram realizadas três Audiências Públicas para a apresentação de contribuições ao Projeto, sendo elas (i) em 17/04/2024 no Município de Santos, (ii) em 18/05/2024 no Município do Guarujá e (iii) em 19/05/2024 na Autoridade Portuária de Santos, além da Consulta Pública nº 02/2024, com duração de 50 (cinquenta) dias entre 14/03/2024 e 03/05/2024.

A Consulta Pública foi realizada com a finalidade de cumprir o quanto estipulado no artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 914/2002 e as Audiências Públicas foram realizadas com o intuito de estimular a participação aberta da população, ambas buscando por objeto atender aos princípios da transparência e ampla participação, na busca pela estruturação de contratos de concessões e parcerias público-privadas que conjuguem os interesses do Poder Público com os do mercado, dos usuários e da sociedade, tendo em vista a necessidade de construção de parcerias saudáveis e duradouras que se destinem ao perfeito atendimento ao interesse público.

Como forma de assegurar a participação para todos os interessados, as sessões das Audiências Públicas nºs 05, 06 e 07/2024 foram realizadas presencialmente, respectivamente, no Município de Santos, na Associação Comercial de Santos, no Município de Guarujá, no Teatro Municipal Procópio Ferreira, bem como na Autoridade Portuária do Porto de Santos, todas com transmissão ao vivo pelo Canal da Artesp no YouTube¹. As Audiências Públicas tiveram a participação de prefeitos, deputados, vereadores, secretários municipais, representantes de associações e movimentos populares, sociedade civil em geral e imprensa. Além disso, espectadores *online* acompanharam as Audiências Públicas pelo canal de transmissão da Artesp no YouTube. O vídeo da audiência já conta com mais de 2.100 (duas mil e cem) visualizações. Foram

¹ Gravações das Audiências Públicas disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=qfrX7V2yiMg>; <https://www.youtube.com/watch?v=vfV4ALb9mN4> e <https://www.youtube.com/watch?v=QZrBqsrNf7Q>. Acesso em 03 de junho de 2024.

recebidas diversas inscrições para manifestação oral durante as sessões públicas, sendo todos os inscritos convocados pela Mesa Diretora para se manifestarem.

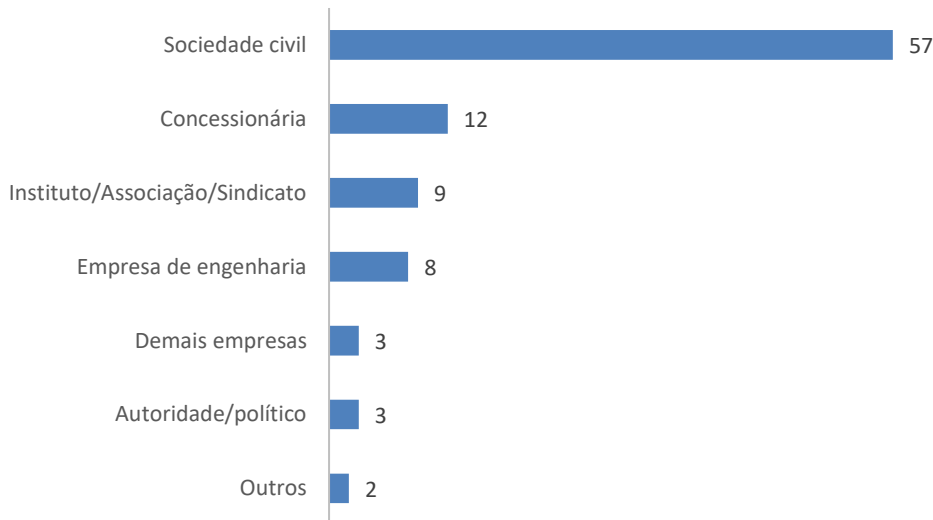
CONTRIBUIÇÕES

Foram apresentadas no âmbito da Consulta Pública um total de 94 (noventa e quatro) contribuições referentes ao Projeto. A heterogeneidade dos participantes observada demonstrou que o objetivo da Consulta e Audiência Públicas, qual seja, o atingimento de todos os perfis de interessados para a coleta de sugestões de aprimoramento do Projeto com a finalidade de melhor se adequar aos anseios dos diversos segmentos impactados, foi atendido. Tal diversidade se faz evidente a partir da análise das categorias dos participantes:

- 57 (cinquenta e sete) contribuições advindas da sociedade civil;
- 12 (doze) contribuições advindas de concessionárias;
- 9 (nove) contribuições advindas de sindicatos/associações/institutos;
- 8 (oito) contribuições advindas de empresas de engenharia;
- 3 (três) contribuições advindas de autoridades e políticos;
- 3 (três) contribuições advindas de demais empresas diversas;
- 2 (dois) contribuições diversas.

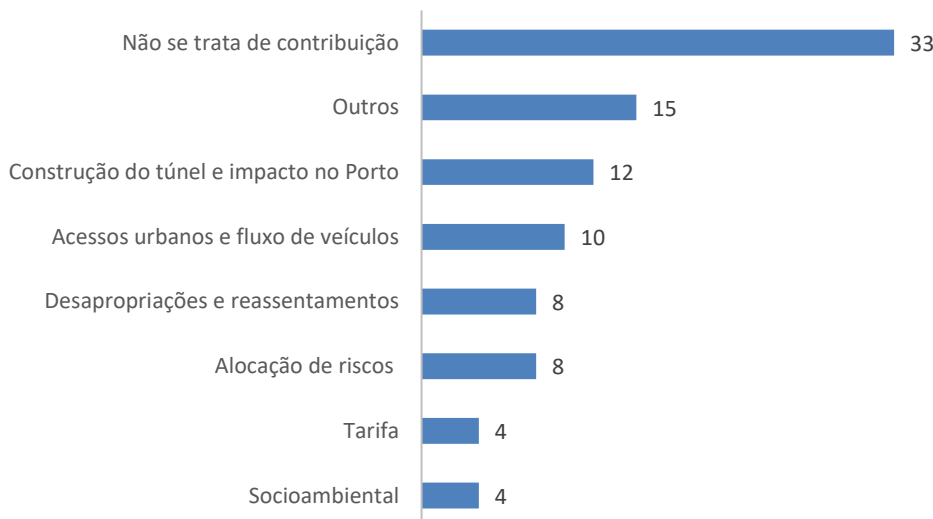
Para a análise detalhada das contribuições recebidas, no intuito de fornecer ampla divulgação dos resultados obtidos com o procedimento de Consulta Pública, foi realizado o agrupamento de contribuições de acordo com a categoria dos participantes e de acordo com os temas mais recorrentes, conforme os gráficos a seguir.

Gráfico 1 – Distribuição das contribuições por categoria de participante



Fonte: Consulta Pública

Gráfico 2 – Distribuição das contribuições por tema principal



Fonte: Consulta Pública

Todas as contribuições foram individualmente analisadas pelas equipes técnicas dos órgãos envolvidos. As equipes se debruçaram sobre as contribuições e aprofundaram os estudos com o intuito de aprimorar a modelagem original, à luz das questões apresentadas pelos interessados. Do total de 94 contribuições, aproximadamente 30% (trinta por cento) delas foram atendidas.

Isso não significa, entretanto, que as contribuições não atendidas não tenham sido

analisadas, pelo contrário, todas as contribuições levaram a Administração a refletir e reanalisar aspectos da futura Concessão, além de promover diversos ajustes nos documentos finais que serão publicados com base, justamente, nos aspectos apontados pelos contribuintes. Importante destacar que os diversos pleitos foram estudados, considerando as premissas técnicas, sociais, ambientais, o equilíbrio da Projeto e do Contrato.

ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DO TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ

Seguem os principais aspectos que esperam-se figurar nas versões de publicação do Edital de Licitação do Túnel Imerso Santos-Guarujá considerando as contribuições encaminhadas.

DESAPROPRIAÇÕES E REASSENTAMENTOS

Dentre as preocupações principais do Projeto apresentadas no âmbito da Consulta e Audiências Públicas, está o tema dos deslocamentos involuntários da população no entorno das obras de construção do Sistema de Interligação, bem como sua execução pela futura Concessionária. Nesse sentido, foram realizadas visitas *in loco* pelo time técnico responsável pela modelagem do Projeto com o intuito de prever alternativas de modo a minimizar os impactos causados do ponto de vista dos moradores, sempre observadas as questões ambientais envolvidas em obras de infraestrutura de grande vulto. Foram desenvolvidas ainda medidas e regras a serem previstas no âmbito do Contrato e Anexos de modo a garantir que as desapropriações e reassentamentos sejam feitos de forma a garantir a adoção das melhores alternativas à comunidade local e, assim, garantir a proteção ao interesse público.

ACESSOS URBANOS E FLUXOS DE VEÍCULOS NOS MUNICÍPIOS

Outro tema de importância trata-se dos acessos urbanos que integram o Sistema de Interligação e o ponto de atenção trazido pelas contribuições sobre a possível intensificação e/ou alteração do perfil do tráfego nos municípios, isto é, o possível aumento do fluxo de veículos pesados. Após análises conjuntas dentre as diferentes equipes e frentes de análise responsáveis pela modelagem do Projeto, sendo analisados os fluxos nos acessos, foi identificada a possibilidade de um rearranjo na distribuição e nas conexões das vias em relação àquelas previstas pelo projeto referencial. Essas análises

resultaram em um conjunto de parâmetros a serem seguidos pelo projeto a ser apresentado pela futura Concessionária no Anexo 7 do Contrato, de forma a prever as principais conexões para as regiões com maior geração de viagens, proporcionando a conexão com o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em uma geometria adequada e minimizando o impacto em desapropriações e adequações de infraestruturas na região.

INTEGRAÇÃO DO TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ COM O VLT

Como um dos pontos estruturais alterados durante a modelagem do Projeto após o recebimento das contribuições está a consideração de uma infraestrutura capaz de se conectar ao VLT da Baixada Santista, uma das importantes formas de locomoção na região. Nesse sentido, após a finalização das obras do Sistema de Interligação e a partir da adoção das medidas necessárias, será possível integrar os modais de modo a garantir ainda mais fluidez e facilidade na locomoção entre os Municípios de Santos e Guarujá.

CONSTRUÇÃO DO TÚNEL E IMPACTOS NO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS

Tema em aprofundamento na documentação de modo a garantir a construção e operação do Túnel Imerso no canal do Porto Organizado de Santos é o regramento sobre como a relação entre a futura Concessionária e a Autoridade Portuária de Santos (APS) irá ocorrer. Nesse sentido, de modo a propiciar um ambiente de segurança jurídica, respeitadas as limitações intrínsecas que acompanham tanto a operação do maior porto da América Latina como da maior obra de infraestrutura recente do país, estão sendo desenhadas regras contratuais e instrumentos jurídicos visando a disciplinar a boa convivência entre as partes, com a participação dos órgãos e entidades estatais necessários à sua execução.

ALOCAÇÃO DE RISCOS NO CONTRATO

Finalmente, foram apresentadas contribuições sobre a alocação de riscos do Contrato com foco em eventos que podem gerar impactos relevantes na Concessão. Dentre eles estão os riscos: geológico, de desapropriação, atrasos decorrentes da atividade portuária, ambientais, de demanda etc. Assim, as equipes técnica, econômico-financeira e jurídica estão aprofundando os estudos e análise das situações trazidas de modo a sofisticar as previsões contratuais e estabelecer regras que assegurem a prestação adequada do serviço público aos usuários. Os novos estudos buscaram solidificar a segurança jurídica das

partes por meio da previsão de mecanismos eficientes para lidar com a materialização de eventos de desequilíbrio e regras claras para evitar discussões infrutíferas para a resolução de problemas ao longo da Concessão, especialmente na fase de construção e implantação do Sistema de Interligação.